

DIÁRIO DE BORDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CAMINHOS PARA UMA AVALIAÇÃO EFICAZ ODS (4)

Maria de Lourdes de Toledo (Universidade de Taubaté)
Cristovam da Silva Alves (Universidade de Taubaté)

Resumo

Esse artigo é um recorte da dissertação do Mestrado Profissional de Educação em andamento na Universidade de Taubaté e tem como objetivo principal verificar se os registros analisados dos diários de bordo dos professores da educação infantil de uma escola no Vale do Paraíba Paulista dialogam com o que argumentam os teóricos mais atuais sobre os registros de desenvolvimento do aluno, servindo para a avaliação na educação infantil, em uma perspectiva mais formativa, dialógica e democrática. Outrossim, se essa prática de registro cumpre, formalmente, os requisitos legais. Diante desse caso, realizou-se uma revisão da literatura, para buscar os conceitos que mais se aproximavam da intenção de mostrar como os diários de bordo podem servir para uma prática mais significativa para os professores, que transcenda a mera conformidade com as exigências legais, que seja inclusivo, no que se refere aceitação das diferenças dos alunos, fugindo do sentido classificatório da avaliação disseminado pela cultura hegemônica. Analisou-se seis diários de bordo dos professores de educação infantil e os dados demonstraram que eles possuem forte potencial para assegurar registros que favoreçam o desenvolvimento dos alunos, bem como esse acompanhamento, por ser dinâmico, versátil e poder servir a múltiplos registros. Além disso, por favorecer o papel do professor como protagonista essencial nesse processo, capaz de planejar, aplicar, registrar e refletir sobre sua prática, permitindo que a qualidade da educação atinja todos os alunos. Entretanto, os dados também mostraram que é fundamental problematizar o diário de bordo junto aos professores para que esses possam ressignificar sua importância e utilizá-lo de modo mais eficaz, daí o destaque que deve ser dado a formação continuada de professores, construindo junto aos docentes uma cultura escolar que seja colaborativa.

Palavras-chave: Diário de Bordo; Educação Infantil; Avaliação na educação infantil; Formação continuada de professores.

Introdução

A avaliação é um tema bastante complexo que ainda se mostra, nos dias de hoje, passível de discussões sob diferentes perspectivas possíveis. Ela em si não se cansa de gerar motivos para tantas reflexões. Deve ser pelo poder de transformação que ele pode acarretar, se discutido sob um viés dialógico. Quando se fala em avaliação escolar, ainda se torna mais intrincado, pois, historicamente, esse termo foi significado pela sociedade de diversas formas, sob várias influências, prevalecendo sempre o da competitividade, da classificação, enfim, o das forças hegemônicas.

Para problematizá-la ainda mais, vimos aqui refletir a avaliação na primeira infância, ou seja, na primeira etapa escolar das crianças, na educação infantil. Uma etapa que, historicamente, foi deixada de lado, sempre, por nossas políticas públicas. Nossa intenção aqui é verificar se os diários de bordo de professores da educação infantil de uma escola no Vale do Paraíba Paulista, quando detalhados, realmente dialogam com as concepções dos teóricos mais contemporâneos sobre avaliação na educação infantil, em uma perspectiva mais formativa, dialógica e democrática.

Além disso, se atendem aos pressupostos básicos ditados pelas leis que regem essa etapa da educação escolar, tirando o foco da avaliação dicotômica com a prerrogativa de ter bom ou mau desempenho escolar, e trazer um outro olhar, mais crítico, como a percepção dos motivos que inviabilizam o acesso de milhões de crianças a uma educação infantil de qualidade, principalmente as classes mais desfavorecidas.

Para isso, vamos buscar essa passagem na história da educação infantil no Brasil e principalmente levar luz às leis que garantem sua existência.

Revisão da literatura

Este artigo teve como base, um levantamento de dados em materiais escritos por especialistas das áreas e um aprofundamento nas diretrizes que norteiam a educação infantil.

Silva et al (2023), nos traz a concepção da avaliação mista, mostrando a discussão sobre as potencialidades e tensões presentes nela, um modelo de avaliação que combina procedimentos e instrumentos internos e externos às instituições. Os autores a defendem como uma opção potente, pois diante do cruzamento desses dois olhares é que se constroem as superações dos limites de

cada uma. Nessa concepção, ganha importância a avaliação *na* e *da* educação infantil, conhecimentos esses que transitam do micro ao macro, da competência dos diferentes agentes nos processos avaliativos as suas repercussões na efetivação de uma educação com qualidade que trabalhe para a redução das desigualdades sociais.

Essa mistura de avaliações, segundo os autores funciona em duas fases, uma primeira, de forma externa, conduzida por agentes externos às instituições, na qual esses agentes utilizam uma ficha composta por diferentes dimensões como estruturação legal, quadro de funcionários, espaço físico e material, quadro de rotinas, relação escola e família e uma segunda fase, interna, conduzida pela própria escola, uma autoavaliação orientada pelo Indique, uma coleção de Indicadores da Qualidade na Educação. Nesse transcorrer, discute-se os resultados, desafios e limites de cada uma, mostrando como é importante para uma educação infantil de qualidade passar por esses diferentes pontos de vista.

Já Louzada, Albuquerque e Amâncio (2023), apresentou a relação entre Educação Infantil e avaliação formativa, defendendo processos avaliativos mais democráticos, dialógico e participativos, em oposição as práticas avaliativas para classificação. O artigo reconhece a influência que a educação infantil sofre da mesma concepção hegemônica que predomina nas avaliações, do ensino fundamental. Também dispõe que as pesquisas acadêmicas, em sua maioria, são divididas em duas vertentes, a avaliação *da educação Infantil*, que se dirige as avaliações das políticas públicas voltadas para essa etapa e a avaliação *na educação infantil*, que se refere a avaliação no campo do cotidiano da escola, aos processos de ensino e aprendizagem. A avaliação formativa, vertente dessa última, segundo os autores, é realizada durante o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, tem como parceiro, observações e múltiplos registros, com mais frequência, na qual não cabem notas, conceitos e reprovações, tem a função também de balizar as práticas pedagógicas.

Nesse embate, o professor é peça fundamental, que deve refletir, selecionar, organizar, planejar, monitorar o conjunto de práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento das crianças. Vê-se a importância de ele acompanhar a aprendizagem de cada criança, realizando observações da trajetória, por meio de diferentes registros, como fotos, textos, atividades das crianças., evidenciando aí uma progressão sem classificação. Assim

seria a função da avaliação para a garantia da qualidade do ensino na educação infantil, aceitando as diferenças de cada criança, sem querer encaixá-las em um único padrão, o que é fundamental para superar as velhas dicotomias, aptas/não aptas, maduras/imaturas, prontas/não prontas.

Para Zucco, Zanella e Coutinho (2022), que trata de instrumentos de avaliação e parâmetros de qualidade para a educação infantil, propõe-se identificar, descrever e comparar diferentes modelos de avaliação da qualidade da educação infantil, levantando pontos relevantes a serem considerados na avaliação da sua qualidade, como a formação de professores, a estrutura da instituição, o currículo, as práticas pedagógicas, as políticas voltadas para a primeira infância e o trabalho pedagógico por meio da oferta de tempos, espaços, materialidades que promovam a ampliação de repertórios e a prática pedagógica potencializadora da aprendizagem.

Também alerta para o fato, de que a avaliação não seja baseada em níveis do desenvolvimento e nem em testes de proficiência das crianças. Outro ponto importante que esse trabalho traz é o fato de que a avaliação da educação infantil precisa prever a participação, o dialogismo, a negociação para a tomada de decisões no coletivo, destacando a importância de socializar, debater e tomar decisões sobre o instrumento avaliativo com os professores e gestores que atuam diretamente na oferta dos serviços.

No que se referem as leis que regem nossa educação, a LDB (9.394/96) desde sua promulgação, em 1996, já preconizava que a avaliação na educação infantil devia ser realizada mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. O Parecer 17/2012 do Conselho Nacional/CNE/CEB reafirma essa ideia e explicita que a avaliação será sempre da criança em relação a si mesma e não comparativamente com outras crianças, sendo competência da escola sua realização.

A predominância do caráter formativo sobre o somativo em relação à avaliação da aprendizagem é insistentemente lembrada e recomendada pelo Conselho Nacional de Educação, em mais de um Parecer (BRASIL, 2013). As alterações realizadas na LDB através da Lei n.12.796/2013 caminham no sentido de ratificar os princípios já expressos anteriormente, e introduzir um dispositivo de controle social da avaliação, na perspectiva da garantia do direito à aprendizagem das crianças e seu pleno

desenvolvimento. Essa perspectiva se traduz, na inclusão do item V na LDB (BRASIL, 2013) que postula que as instituições educacionais devem expedir “documentação que possibilite atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagens da criança”. O que significa que os registros de cada criança, realizados no âmbito da instituição educacional, deverão acompanhar o seu percurso de aprendizagem, sendo encaminhados à instituição que a receberá no ano seguinte, seja de educação infantil ou ensino fundamental.

Feito esse levantamento, nossa intenção aqui é verificar se os diários de bordo de professores da educação infantil de uma realidade escolar atendem esses pressupostos garantindo a qualidade da educação infantil para nossas crianças, promovendo assim a diminuição das desigualdades que assolam nossa realidade.

Método

Essa pesquisa de natureza qualitativa, tem como base de análise, o diário de bordo de professores de uma unidade escolar de educação infantil de uma cidade do vale do paraíba, referente ao ano de 2023 e faz parte de uma pesquisa em andamento do Mestrado Profissional da Educação da Universidade de Taubaté.

Primeiramente, realizou-se uma organização inicial do material, momento em que se tornou essencial analisar o conjunto de documentos de forma crítica, buscando maneiras de torná-los compreensíveis, conforme o objetivo de investigar as conexões entre o diário de bordo e a avaliação na educação infantil.

Todos os diários eram cuidadosamente examinados e seus variados tipos de registros colocados em planilhas divididas com as percepções diferentes encontradas acerca da avaliação. As leituras e fichamentos tiveram papel central nessa fase. O critério estabelecido para tal organização foi a forma como cada registro significava a avaliação. Pretende-se argumentar os resultados do estudo por meio de análises e percepções.

Resultados e Discussão

Como bem salienta Silva et al. (2023), uma educação infantil de qualidade acontece quando se dá importância a combinação da avaliação na e da educação

infantil, configurando-se uma de ordem externa, englobando aí as políticas públicas que devem garantir acesso e qualidade, também no que se refere aos aspectos mais estruturais, e outra de ordem interna, aspectos que envolvem o pedagógico, ou seja, o desenvolvimento do aluno.

Sendo assim, na realidade pesquisada, percebe-se um afinco maior da rede municipal em tentar garantir a avaliação na educação infantil, deixando mais à deriva a avaliação da educação infantil, por mais que já haja indícios dessa realidade acontecer, porém ainda sem nada de muito concreto.

Outra questão bastante importante que se discute aqui é a relação entre educação infantil e a avaliação formativa, que evidenciam processos mais democráticos, dialógicos e participativos. Verificamos que, por mais que os registros nos diários tenham essa intenção, ainda sofrem bastante influência, como aponta Louzada, Albuquerque e Amâncio (2023), da avaliação classificatória que afeta negativamente nossa educação. Observamos que os registros nos diários carregam ainda muito da avaliação diagnóstica e classificatória, que visa unicamente apontar quantos alunos já atingiram o objetivo e quantos ainda não, por exemplo, quantos já sabem o alfabeto ou os números até 10. Há registros em que se descrevem os processos utilizados pelos professores para essa avaliação, como a menção de que aluno por aluno foi chamado a mesa para responder a algumas questões colocadas pela docente, demonstrando como é difícil superar as velhas dicotomias presentes na educação em geral, como a classificação das crianças em aptas/não aptas, sabem/não sabem, entre outras, em um processo ainda muito tradicional.

Entretanto, chamou-nos a atenção, em dois diários analisados, os diferentes tipos de registros realizados pelos docentes, como fotos dos alunos em diferentes práticas, as próprias atividades dos alunos e descrições de como se desenvolveram elas, evidenciando aí uma avaliação realizada durante o processo de ensino aprendizagem, bem como a progressão desse aluno durante um determinado período, mostrando, dessa forma, como é possível utilizá-lo para uma prática mais formativa e inclusiva. Inclusive verificamos relatos em que a professora avalia sua própria prática pedagógica, como preconiza os autores Louzada, Albuquerque e Amâncio (2023), como nessa passagem retirada de um dos diários, na qual a professora relata que um dia precisou improvisar uma aula, pois havia esquecido em casa o que preparou para aquele dia. Pensou rápido e resolveu colocar vários tecidos em um caixa para que as

crianças retirassem dela sem olhar e respondendo vários questionamentos sobre cor, tamanho, textura etc. Em seguida, os alunos tinham que usar a imaginação e brincar com esses tecidos. Ela relata que a atividade foi muito prazerosa, pois proporcionou que as crianças usassem a imaginação de diferentes maneiras para criar brincadeiras, citadas por ela, como muito interessantes e criativas. Ela por fim, faz uma observação: *“repetir essa aula mais ao final do ano, pois as crianças amaram”*. (Professora 2). Essa pequena nota também demonstra o papel central do professor em planejar, replanejar, organizar e monitorar, garantindo situações de aprendizagens que façam seu aluno avançar.

Outra questão que saltou aos nossos olhos, foi com relação ao que Zucco, Zanella e Coutinho (2022) trazem, ou seja, o fato de que a garantia de uma avaliação que preconize qualidade da/na educação infantil depende de vários aspectos que precisam no seu conjunto estarem alinhados, como uma boa formação continuada de professores, além de uma estrutura que garanta segurança, acesso e qualidade, um currículo e um projeto político pedagógico que seja autêntico, participativo e crítico ao mesmo tempo, enfim, práticas essas que corroboram com a cultura escolar colaborativa, na qual o debater, o tomar decisões, a negociação, a socialização sejam premissas principal dos escolares.

Nessa questão, pensamos que a formação continuada de professores seja necessária e fundamental ser trazida aqui para reflexão, pois para garantir uma cultura colaborativa escolar, até de tomada dessa consciência, é primordial reprojeta-la. Esse repensar se justifica na medida em que verificamos, no transcorrer de nossa análise, que os professores não sabem ou não tem consciência da importância do instrumento diário de bordo no seu cotidiano, observando-o muitas vezes como um documento a mais para preencher, ou seja, dando pouca importância ao seu uso. Isso significa que precisamos aproximar teoria e prática, para que eles saibam o porquê precisam registrar, onde está fundamentada essa lógica, essa prática. Dessa forma, precisamos de uma formação que o faça compreender as regras que disciplinam a educação infantil, porém não na tentativa de impor o uso desse diário, como aparece nessa realidade investigada, mas sim, na intenção de levá-los a refletir sobre o seu uso, ouvindo-os, compreendendo seus pontos de vista, dialogando, negociando e principalmente, aceitando suas diferenças, como eles devem aceitar a de seus alunos durante o processo da avaliação.

De um modo geral, na referenciação das leis que vem disciplinar a avaliação na educação infantil, consideramos que o diário de bordo vem ao encontro das suas prerrogativas pois possui potencial para registros múltiplos, diferentes observações, pode ser utilizado sem promoção ou classificação, para o acompanhamento do desenvolvimento do aluno, servindo para documentar todo o desenvolvimento dele, em um processo de comparação com ele mesmo, garantindo, assim, os pressupostos da LDB (9.394/96), bem como o Parecer 17/2012 do Conselho Nacional/CNE/CEB.

Também, consegue garantir em partes, a predominância do caráter formativo sobre o somativo em relação à avaliação da aprendizagem, que é insistentemente lembrada e recomendada pelo Conselho Nacional de Educação. Nesse caso, é preciso considerar que muitos professores ainda sofrem influências da avaliação classificatória e nesse caso a formação continuada é fundamental para garantir a transformação dessas práticas ainda arraigadas, historicamente, nesses docentes.

Considerações finais

As leis e pareceres que regem a educação infantil preconizam, nos seus dispositivos legais, uma avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança sem objetivo de seleção, classificação e promoção, com a predominância do caráter formativo.

Sendo assim, o diário de bordo na realidade observada, apesar de se garantir como instrumento para registro desse acompanhamento, ainda carrega em si, ou melhor, em alguns dos seus registros, os resquícios de uma avaliação ainda classificatória, o que historicamente se justifica em nossa sociedade. Entretanto, essa análise dos diários sob o olhar da avaliação na educação infantil, proporcionou a reflexão sobre esse instrumento, como uma potência a favorecer tanto o professor, como os alunos quando possibilita registros do seu desenvolvimento e a possibilidade do constante acompanhamento desse. Porém, ele precisa ser ressignificado na realidade escolar, por meio de uma formação continuada de professores que favoreça a constante reflexão, tanto do instrumento, como das possibilidades que esses podem alocar.

Percebemos também, ao longo desse estudo, pouco aprofundamento referente ao diário de bordo como potencial instrumento para avaliação na educação

infantil, o que denota um silenciamento sobre o tema, exigindo novos estudos problematizando de modo crítico diferentes formas de uso dele.

Referências

BRASIL. **Lei n. 12.796/2013, de 4 de abril de 2013** -Altera a Lei n.9394/96, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaoriginal-139375-pl.html>. Acesso em 15 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB N.17/2012**. Orientações sobre a organização e o funcionamento da Educação Infantil, inclusive sobre a formação docente, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2012. Disponível em:https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN172012.pdf?query=eja. Acesso em 26 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em 20 ago. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 17/2012**, aprovado em 6 de junho de 2012. Orientações sobre a organização e o funcionamento da Educação Infantil, inclusive sobre a formação docente, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em:
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN172012.pdf?query=eja . Acesso em 25 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 23 dez. 1996. Brasília, DF: MEC/SEB, 1996. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em: 16 ago. 2024

GUERRES-ZUCCO, D.; ZANELLA, A.; COUTINHO, A. **Instrumentos de avaliação e parâmetros de qualidade para a educação infantil**. Cad. Pesquisa., São Paulo, v. 52, e07958, 2022. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742022000100200&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 24 ago. 2024. Pub. 01-Fev-2022. <https://doi.org/10.1590/198053147958>.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. ("Avaliação na pré-escola - Google Books") Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

LOUZADA, V.; ALBUQUERQUE, L; AMANCIO, C. **Educação infantil e avaliação: compromisso com a qualidade social**. Cad. Cedes, Campinas, v.43, n.121, p.101-111, Set.-Dez., 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/RvqnKNswJzPMjWcx76sBMLG/#>. Acesso em: 20 ago.2024.

SOARES DA SILVA, A. P.; OLIVEIRA DE MACEDO, B.; RESENDE GUAL, L.; STENCEL, L. M.; GOMES DE ALMEIDA, R. **Avaliação mista para promoção da qualidade da educação infantil: POTENCIALIDADES E TENSÕES EM PRODUÇÃO COLETIVA**. Educação em Revista, [S. l.], v. 39, n. 39, 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/xqRrhTJrM3xKQRrM8Rb6KYm/#>. Acesso em: 24 ago. 2024.